Ambiente & Educação
Revista de Educação Ambiental

E-ISSN 2238-5533
Volume 26 | nº 1 | 2021
Artigo recebido em: 15/10/2020
Aprovado em: 07/01/2021

**José Normando Gonçalves Meira**
[Licenciado em Pedagogia (UNIMONTES); Mestre em História (UFMG); Doutor em educação (PUC-SP); Professor do Programa de Pós-graduação em Educação - PPGE e dos Departamentos de Métodos e Técnicas Educacionais e de História da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES.]

ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1105-4322

# SCRUTON, ROGER. FILOSOFIA VERDE: COMO PENSAR SERIAMENTE O PLANETA. SÃO PAULO, É REALIZAÇÕES, 2016, 412P.

Qual o papel da filosofia no enfrentamento dos problemas ambientais? Temas relacionados à preservação ambiental interessam aos conservadores? Como essas questões são por eles compreendidas e tratadas? Conservadores reconhecem as ameaças à destruição dos recursos naturais e suas nefastas consequências? Se reconhecem, quais as soluções por eles propostas? Em que tais propostas diferem do discurso hegemônico do grande movimento ambientalista? Na obra “Filosofia Verde: Como pensar seriamente o planeta”, Roger Scruton aborda tais questões com profundidade, compreendendo que o meio ambiente é o problema mais urgente da atualidade e apresenta princípios norteadores das medidas para a sua proteção, tendo o conservadorismo como referencial teórico. O texto é multidisciplinar, tendo aplicações pertinentes às diversas áreas do conhecimento, inclusive ao campo educacional. O texto provoca reflexões, analisa a acusação de indiferença em relação às questões ambientais normalmente feita aos conservadores. Contribui para que o conceito

.

de conservadorismo seja estudado por meio de um diálogo com os próprios autores conservadores, evitando elaborações apressadas e caricaturais. Amplia o debate sobre tema extremamente relevante, atual e de interesse geral, considerando a urgência imposta pelas constantes ameaças à vida no planeta. Possibilita ainda a problematização de alternativas diversas para a preservação ambiental, o uso responsável dos recursos naturais e as articulações desses temas à área da educação.

O filósofo britânico Roger Scruton (1944-2020) é reconhecido por sua vasta produção acadêmica, livros e artigos publicados em periódicos científicos e em jornais, com alcance para além do âmbito acadêmico. Muitas dessas obras foram publicadas em português, como por exemplo: “Beleza” (2013); “Pensadores da Nova Esquerda” (2014), “O que é conservadorismo**”** (2015); “Como Ser um Conservador” (2016) e “Conservadorismo: um convite à grande tradição**”** (2019). Para fundamentar a sua abordagem sobre os problemas ambientais na perspectiva conservadora, reconhece que é necessário ponderar sobre as variações de ideias dentro do próprio conservadorismo. Neste aspecto, concorda com outros autores que discutem este conceito. Esses autores afirmam que o conservadorismo não tem um “livro sagrado” ou “credo”, mas norteia-se por princípios que identificam uma mentalidade que se aplica à política especificamente e às demais áreas da vida. Kirk (2013), por exemplo, apresenta 10 princípios que identificam a “disposição conservadora”. Dentre esses princípios, destaca-se a prudência, reconhecendo que mudanças são necessárias, mas devem ser realizadas com moderação. Contrapõe-se assim, à mentalidade revolucionária, ávida por mudanças bruscas ou radicais, objetivando benefícios imaginados, porém desconhecidos e não testados. Coutinho (2018), na mesma linha de pensamento, admite as variações do pensamento conservador e o ponto de convergência entre os conservadores em geral: a aversão por revoluções e pelas utopias relacionadas ao futuro ou ao passado. Segundo ele, o conservadorismo contrapõe-se aos revolucionários e também aos reacionários. Esses princípios que identificam o pensamento conservador são aplicáveis às questões ambientais. Scruton (2016) afirma que o conservadorismo, em suas diversas variações, e ambientalismo têm naturezas afins:

> Afinal de contas, ambientalistas e conservadores estão em busca de motivações que defendam os nossos legados compartilhados, e hoje ameaçados, contra as atividades predatórias perpetradas pelos atuais fiduciários [...] Burke propôs "o princípio hereditário", a fim de proteger as instituições importantes do risco de pilhagem ou degradação (SCRUTON, 2016, p. 22,23).

Lembra que os conservadores, na perspectiva de Edmund Burke, tem compromisso com os que já morreram, de preservar o que eles nos legaram e com os que ainda hão de nascer (Cf. Kirk, 2013, p. 98,99), entregando-lhes um mundo melhor do que o que encontramos. Assim, têm todos os motivos para se posicionarem favoravelmente à manutenção da ecologia social. Preservação, em todos os aspectos, faz parte da natureza do conservadorismo. No que diz respeito aos recursos naturais, da mesma forma, o conservador é favorável que sejam utilizados de forma prudente, atendendo às necessidades humanas, sem destruições. "O objetivo é resguardar as futuras gerações e nesse ínterim é manter e aprimorar a ordem da qual somos fiduciários" (SCRUTON, 2016, p. 15).

O autor comenta a desconfiança entre os ambientalistas em relação aos conservadores por serem defensores da livre iniciativa que, para eles, representa um assalto aos recursos naturais motivados pelo anseio por lucros imediatos. Scruton entende que a generalização é inadequada. O conservadorismo defende o livre comércio, mas é resistente às formas de produção de riquezas que colocam em risco a manutenção de valores que precisam ser mantidos. Coutinho (2019), nesse sentido, discute em termos gerais as incompatibilidades entre as ideias conservadoras e o "capitalismo". Afirma:

> Para alguns espíritos, nada será mais estranho do que analisar as difíceis relações entre conservadorismo e capitalismo [...] para espanto desses mesmos espíritos, seria possível escrever um longo manual anticapitalista só com autores conservadores e suas proclamações contra a "sociedade comercial" [...] Para uma parte substancial do pensamento conservador, a sociedade comercial começa por revelar suas lamentáveis feições ao reduzir as suas relações pessoais a critérios meramente "economicistas" de ganhos e perdas, sem que haja outras considerações – mais nobres, mais autênticas, mais incorrompidas – construindo tais relações [...] A existência do livre comércio cria tensões e disrupções na sociedade tradicional, acarretando permanentes mudanças que colocam em risco princípios ou instituições que, apesar de terem sobrevivido aos "testes do tempo", podem não resistir às "destruições criativas" de que a sociedade comercial é tão pródiga (COUTINHO, 2019, p. 81,82).

O conservadorismo não é contrário ao livre comércio, à sociedade

comercial, por entender que faz parte da natureza humana procurar melhorar as suas condições por meio dos negócios. É, porém, vigilante quanto às suas inegáveis imperfeições. Esse princípio inclui as questões ambientais sobre as quais Scruton (2016, p. 14) afirma: "Precisamos da livre-iniciativa, mas precisamos também do estado de direito que a mantém. As leis precisam estar a par das ameaças". Por isso mesmo torna-se perigoso quando a iniciativa econômica se torna prerrogativa do Estado. Neste caso, ficaria responsável por controlar-se a si mesmo. Cita como exemplo da Índia e da China como os países em desenvolvimento campeões em emissão de gases do efeito estufa e da indústria energética altamente poluente. Nestes países essa indústria está "sob controle do Estado e de seus clientes privilegiados" (SCRUTON, 2016, p.267). Esta é a razão pela qual, segundo ele, as economias socialistas têm a tendência de se associarem a "catástrofes ecológicas". As economias livres, por outro lado, com sólidas garantias dos direitos de propriedade por um estado de direito, além de consumirem menos energias, adaptam-se "mais rapidamente às demandas por energia limpa e aos programas de redução de emissões de gases poluentes" (p.14). Reconhece que esses mercados não são capazes de resolver os problemas ambientais e até causam alguns deles, mas entende que as alternativas apresentadas são normalmente piores.

Scruton (2016) entende que a abordagem conservadora das questões ambientais é menos ambiciosa do que a dos grandes movimentos radicais, com as suas agendas globais, "iniciativas internacionalistas" e "mobilizações planetárias", mas é mais razoável ( SCCRUTON, 2016, p. 24-29, 211). Os grandes movimentos contribuem na explicitação do problema, mas não tem se mostrado eficazes na sua solução. "Uma coisa é descrever um problema, outra coisa é resolvê-lo" (SCRUTON, 2016, p. 220). Para sustentar a sua argumentação nesse sentido, utiliza-se do conceito de "Oikophilia" (amor ao lar) como fundamental para o enfrentamento das ameaças de destruição dos recursos naturais. Segundo ele, as iniciativas que partem do interesse local, o amor pelo lugar onde se vive e onde viveram os antepassados, é a chave para o despertamento das motivações para a responsabilidade ecológica nos indivíduos:

> Refiro-me ao espírito público expresso no patriotismo ou amor ao território

> de origem, imbuído de um sentido de pertencimento ao lar herdado e compartilhado. Esse espírito nasce da percepção de que determinado problema é nosso problema; portanto, meu problema, como membro de uma comunidade. Esse sentimento desaparece quando burocracias anônimas confiscam nossos riscos e fingem que podem extingui-los por meio de regulamentações (SCRUTON, 2016, p. 154).

A cultura das regulamentações burocráticas, segundo este entendimento, faz com que o espírito público seja confiscado pelo Estado. Neste aspecto, associa-se ao que Minogue (2019) discute sobre a moral clássica, alicerçada na responsabilidade individual e no procedimento virtuoso e que se contrasta com o modelo "político-moral", onde as regulamentações estatais são cada vez mais abrangentes, invasivas da liberdade e solapadoras das responsabilidades, oriundas da moral individual. Para Scruton (2016), amor que promove a responsabilidade individual para com o "Oikos" (οἶκος, casa, lar) desperta a proliferação de grupos voluntários para ações preventivas e corretivas, entendendo que a responsabilidade não é de um "eles anônimos", mas de "um nós" (SCRUTON, 2016, p.154). Para a recuperação da consciência da necessidade de posicionamento individual responsável como membro da comunidade, a educação, nos diversos espaços, escolares, familiares e outros, é imprescindível. São os "pequenos pelotões" formadores das tradições como forma de conhecimento, reconhecidos por Burke (SCRUTON, 2016, p. 197). Por se considerarem conscientes da imperfeição humana e, portanto, céticos quanto às utopias (cf**.** KIRK, 2013), não há por parte dos conservadores a ilusão de que, com esses esforços, todos os problemas serão plenamente resolvidos. Entendem, porém, que esta é a forma mais adequada para ações relevantes e eficazes no contínuo aperfeiçoamento das relações humanas e, neste caso, com a natureza. Considerando que "os problemas ambientais são de ordem moral e não econômica" ( SCRUTON, 2016, p. 167), partindo do pressuposto conservador de que há uma ordem moral duradoura (cf. Kirk, 2013, p.105), entende que é por meio do desenvolvimento das virtudes, despertando e preparando os indivíduos para que as suas livres escolhas sejam tomadas com responsabilidade, visando bem pessoal, mas honrando o legado recebido das gerações passadas, daqueles com os quais convive atualmente e das gerações futuras, haverá cuidado pela utilização dos recursos com prudência, moderação. Compreende o ser humano não apenas como quem age segundo avaliações de custo/benefício, mas também

por motivações morais, sendo capaz de renunciar os seus próprios interesses em nome do que valorizam. Comenta a análise de Hegel do conceito romano clássico de “pietas” (piedade), “a gratidão natural em relação ao que é dado” e a compreensão de Heidegger do “habitar e construir” como “formas que nós humanos nos fixamos no mundo, tornando-o nosso” (SCRUTON, 2016, p. 202,209). Na mesma perspectiva de Burke que entendia que o lar precisa ser redescoberto na medida em que se move para a frente, recriando-o, afirma que:

> Virtudes como parcimônia e asseio, o hábito de oferecer e receber respeito, a orientação na contemplação do outro [...] todos esses aspectos da condição humana desaguam no sentimento de oikophilia, moldando-nos como administradores diligentes e guardiões de nossa habitação comum. Esse sentimento de responsabilidade surge no transcorrer de nosso crescimento ao criar ilhas de valor em meio ao oceano de preços. A fim de adquirir essas virtudes devemos circunscrever o “raciocínio instrumental” que governa a vida do homo economicus. Devemos entronizar o nosso amor e o nosso desejo nas coisas que consagramos como valor intrínseco, em vez de meramente instrumental [...] É isso que entendemos por assentamento, o estabelecimento da morada (Scruton, 2016, p. 208).

Entende que as iniciativas cívicas são mais eficazes para a preservação ambiental do que leis e decretos. Cita como exemplos de consciência ecológica os países escandinavos, a Suíça e os países de língua inglesa, onde a oikophilia é mais forte. Considera que, por outro lado, nos contextos em que tal sentimento é destruído ou neutralizado, a consciência por esses valores revela-se mais frágil. Especificamente sobre a Inglaterra, considerando a sua população e características geográficas, sem a pretensão de reivindicar perfeccionismo, afirma:

> O amor do povo inglês pelo território, pela paisagem, pelo modo de vida e pelas instituições consagradas da Inglaterra tem sido o grande e único motivo para o surgimento de uma zelosa intendência, por meio da qual essa ilha superpopulosa tem conseguido manter um habitat viável à sua população (SCRUTON, 2016, p. 224).

O autor, enfatizando a associação entre virtude e consciência ambiental, considera o amor à beleza uma das principais motivações para o cuidado com o planeta. Considera essa remoção do belo que é substituído pela utilidade, uma explicação para a degradação ambiental. O desprezo pela beleza, segundo ele, surge de dois equívocos. O primeiro é considerá-la completamente subjetiva e, como não é possível chegar-se a um consenso, deve ser desconsiderada. O outro

é não dar importância ao belo por não estar ele, necessariamente associado ao valor econômico. Considera a atitude estética como um "refúgio contra o consumismo" e uma importante forma de restaurar a esfera os valores intrínsecos. Discute os planejamentos urbanos e os valores estéticos, relacionando-os aos grandes desafios da humanização das cidades. Problematiza questões relacionadas à arquitetura e disposição das moradias e suas implicações, pois "fica óbvio para todos que a forma como construímos determina a natureza de nosso lar, assim como determina a atitude que adotamos em sua conservação" (SCRUTON, 2016, p. 252). Essa elaboração provoca reflexões referentes ao papel da educação em geral e da escola, especificamente, na formação do indivíduo virtuoso, lembrando o que propõe Enkvist (2019) sobre a importância de se retomar os princípios da educação clássica, considerando a busca do verdadeiro, do bom e do belo como fundamentos para o viver virtuoso.

Mesmo reconhecendo a dificuldade em "traduzir filosofia em política", o autor ressalta a importância de se aprofundar as reflexões sobre o poder do processo educativo na formação dos cidadãos responsáveis pelo lugar onde vivem e que cuidam dele com amor, não transferindo essa responsabilidade para o Estado, tornam-se vigilantes perante as políticas a ele relacionadas. Reconhece que existem problemas ambientais tão complexos e amplos que somente o Estado conseguirá enfrentá-los, mas o empreendimento em geral será exitoso mediante a participação efetiva, prática, dos indivíduos virtuosos. Para ele, o desenvolvimento da oikophilia é árduo e exige paciência. O ensino da virtude, desde a clássica percepção de Aristóteles é, nesta proposta, um caminho para enfrentar as ameaças de destruição do planeta.

A obra em análise é relevante por aprofundar a discussão relacionada à importância da reflexão filosófica para o enfrentamento dos problemas atuais. Neste caso, especificamente, os problemas ambientais e as ameaças à vida no planeta. Esclarece também a relação entre ideias conservadoras e preservação ambiental, fornecendo uma base teórica para essa análise. Trata-se de uma abordagem multidisciplinar que estimula a reflexão sobre as diferentes ações humanas e suas relações com as questões ecológicas. Contribui para a ampliação do debate relacionado ao tema de inegável relevância e para a

pluralidade de perspectivas teóricas, tão pertinente ao ambiente acadêmico. A leitura é recomendável aos educadores em geral, professores dos diferentes níveis de ensino, considerando a ênfase do autor no desenvolvimento do indivíduo virtuoso. A formação do adulto capaz de agir na sociedade, visando não apenas o aspecto econômico, mas de forma afetuosa para com os recursos que encontrou no mundo e que precisa preservar. Utiliza-os, mas também respeitando as gerações vindouras que deles dependerão. Virtude que implica na valorização estética, na admiração da paisagem, motivando associações voluntárias de preservação do lugar. Este ideal apresentado pelo autor, valendo-se da concepção de Edmund Burke sobre a eficácia dos "pequenos pelotões" para a dinâmica social, está diretamente articulado ao campo da educação nos diversos espaços onde ela é realizada.

**Referências**

COUTINHO, João Pereira. **As Ideias Conservadoras**: Explicadas a reacionários e revolucionários. São Paulo: Três Estrelas, 2018

ENKVIST, Inger. **Educação**: Guia para perplexos. Campinas-SP: Kirion, 2019

KIRK, Russel. **A Política da Prudência**. São Paulo: É Realizações, 2013.

MINOGUE, Kenneth. **A Mente Servil**: Como a Democracia Solapa a Moral. São Paulo: E- Realizações, 2019

SCRUTON, Roger. **BELEZA**. São Paulo: É Realizações, 2013

_____. **Pensadores da Nova Esquerda**. São Paulo: É Realizações, 2014

_____. **O Que é Conservadorismo**. São Paulo: É Realizações, 2015

_____. **Como Ser Um Conservador**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2016

_____. **Conservadorismo**: Um convite à grande tradição. Rio de Janeiro: Record, 2019